



# **CÂMARA MUNICIPAL**

## **POÇOS DE CALDAS – MINAS GERAIS**

### **PROCESSO N. 28/2025**

### **DISPENSA ELETRÔNICA N. 21/2025**

A Câmara Municipal de Poços de Caldas-MG, por meio do seu Agente de Contratação, torna público que realizará DISPENSA DE LICITAÇÃO com critério de julgamento por MENOR PREÇO, conforme Art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Ato da Mesa Diretora da Câmara Municipal nº 42/2023, de 27 de dezembro de 2023, e demais legislações aplicáveis.

Início de recebimento de propostas: dia 27 de março de 2025, a partir das 10 horas.

Limite de entrega de propostas: até o dia 02 de abril de 2025, às 10 horas.

Início da Sessão Eletrônica (lances): dia 02 de abril de 2025 – das 10h01 às 16h01.

Plataforma de realização da dispensa: [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br)

Obs.: como referência de tempo será considerado o horário oficial de Brasília – DF

Critério de Julgamento: menor preço

#### **1 – OBJETO**

1.1 Constitui objeto do presente Termo a aquisição de licença, por um período de 03 (três) anos, do antivírus Kaspersky Endpoint Security Cloud Plus (produto corporativo) para 50 usuários da Câmara municipal de Poços de Caldas, conforme especificações e demais condições expressas neste Aviso e no Termo de Referência.

#### **1.2 Descrição:**

- licença do produto corporativo Kaspersky Endpoint Security Cloud Plus para 50 usuários pelo período de 3 anos;
- a licença será ativada no espaço de trabalho do Console de Gerenciamento do Kaspersky Endpoint Security Cloud (Business Hub) já em uso pela Câmara Municipal. O espaço de trabalho é uma instância do Kaspersky Endpoint Security Cloud. Quando o espaço de trabalho é criado, o Kaspersky cria e configura a infraestrutura por trás dele. O Console de Gerenciamento do Kaspersky Endpoint Security Cloud é usado para gerenciar o espaço de trabalho e os aplicativos de segurança instalados nos dispositivos da instituição;
- solução de software desenvolvida especificamente para pequenas e médias empresas, que permite gerenciar a segurança de vários endpoints, dispositivos móveis e servidores de arquivos remotamente, usando um console baseado em nuvem;
- garantia de conformidade com as normas de segurança cibernética relevantes e oferta de suporte técnico adequado ao licenciamento Plus (Telefone acessível 24/7: segunda a sexta-feira, das 9h às 18h (UTC-3), em português e horário não comercial, finais de semana e feriados podendo ser em inglês) durante todo o ciclo de vida do objeto, incluindo atualizações de segurança;
- console simples e intuitivo baseado em nuvem, perfil de segurança padrão pré-configurado, um perfil de segurança para todos os dispositivos.





# CÂMARA MUNICIPAL

## POÇOS DE CALDAS – MINAS GERAIS

- Proteção contra ameaças ao arquivo, proteção contra ameaças ao correio, proteção contra ameaças à rede e proteção contra ameaças da web com tecnologias contra malwares, phishing e outros tipos de ameaças;
- firewall que gerencia a atividade da rede e permite bloquear conexões potencialmente perigosas, como conexões de área de trabalho remota.
- Proteção contra ransomware para estações de trabalho que executam sistemas operacionais Windows e também proteção contra ransomware para servidores de arquivos que executam sistemas operacionais Windows;
- componentes de detecção de comportamento, prevenção de exploit e mecanismo de remediação para monitorar a atividade de aplicativos em dispositivos e bloquear ações maliciosas;
- proteção de dispositivos móveis: proteção por senha, proteção antirroubo contra o acesso não autorizado, proteção antimalware para Android, controle de recursos e o controle da web;
- avaliação da vulnerabilidade e gerenciamento de patches;
- cloud Discovery: permite monitorar o uso de serviços na nuvem em dispositivos gerenciados executando o Windows;
- data Discovery: detecta informações críticas nos arquivos localizados em armazenamentos em nuvem do Office 365;
- controle da Web: permite gerenciar as ações do usuário na Internet, melhorando assim a produtividade dos funcionários ao restringir ou bloquear o acesso a recursos específicos da Web;
- controle de Dispositivos: assegura a segurança dos dados confidenciais restringindo o acesso do usuário aos dispositivos que poderiam ser conectados ao computador;
- gerenciamento de criptografia: permite configurar a criptografia de dispositivos gerenciados que executam Windows e macOS;
- root-Cause Analysis: permite detectar e eliminar ataques avançados, executar uma análise de causa raiz com um gráfico de cadeia de evolução de ameaças visualizado e analisar os detalhes para uma análise posterior;
- Endpoint Detection and Response: monitora e analisa o progresso da ameaça e fornece informações sobre possíveis ataques para facilitar uma resposta manual oportuna ou executar a resposta automatizada predefinida;
- utilização em dispositivos físicos e virtuais que se conectam à rede contra ciberameaças avançadas;
- software de proteção para usuários empresariais, oferecendo facilidade de gerenciamento e atualização contínua, com recursos de última geração, tais como: EDR (Endpoint Detection and Response) integrado, bloqueia todos os malwares avançados, inclusive ameaças emergentes; painel de controle completo na nuvem: controle total de todos os serviços e sites na nuvem; proteção total de dispositivos: cobertura completa de cibersegurança para todos os dispositivos corporativos.

1.3 O critério de julgamento adotado será o MENOR PREÇO.

## 2 – JUSTIFICATIVA

2.1 A presente aquisição visa atender à demanda apresentada pela Gerência de Tecnologia da Informação da Câmara Municipal de Poços de Caldas, já prevista no PCA 2025.

Trata-se de ferramenta de segurança para dispositivos físicos e virtuais que se conecta à rede contra ciberameaças avançadas, oferecendo facilidade de gerenciamento e atualização contínua, além de recursos de última geração, tais como: EDR (Endpoint Detection and Response) integrado, bloqueia todos os malwares avançados, inclusive ameaças emergentes; painel de controle completo na nuvem (controle total de todos os serviços e sites na nuvem); proteção total de dispositivos (cobertura completa de cibersegurança para todos os dispositivos corporativos).





## CÂMARA MUNICIPAL

### POÇOS DE CALDAS – MINAS GERAIS

A Gerência de Tecnologia da Informação da Câmara Municipal apresenta, ainda, por meio do Memorando n. 03/2025, uma análise técnica e econômica a respeito da manutenção e ampliação da licença KES Cloud Plus, considerando outras duas ótimas soluções de segurança existentes no mercado, quais sejam, o Bitdefender GravityZone Business Security Premium e o ESET Protect Complete.

A GTI informa que:

- a Câmara Municipal utiliza há três anos o KES Cloud Plus. Atualmente está instalado em 60 dispositivos, sendo 43 hosts físicos e virtuais e 17 dispositivos móveis (tablets). A licença ofertada pela Kaspersky inclui 2 dispositivos móveis para cada cliente (host), sem cobrança adicional.
- a escolha pela manutenção da solução Kaspersky se justifica por diversas razões. No que diz respeito à proteção e eficácia, o KES Cloud Plus vem obtendo, ao longo de vários anos, pontuação máxima (nota 6/6) nos testes realizados pela AV-TEST<sup>2</sup>, importante instituto independente de pesquisa em segurança de TI<sup>3</sup>. Em seus testes meticulosamente projetados, todas as armas utilizadas por criminosos cibernéticos. Também são usadas, como por exemplo, malware de dia zero, ataques drive-by, downloads de sites, ataques via e-mails infectados e muito mais. Por estas e outras razões, o KES Cloud Plus se consolida como uma solução altamente confiável e eficiente. Além disso, sua proteção contra ransomware tem se mostrado extremamente eficaz, garantindo segurança total dos dados sem perda de arquivos dos usuários. A integração com um sistema de Detecção e Resposta de Endpoint (EDR) fortalece ainda mais a capacidade de antecipação e neutralização de ameaças cibernéticas avançadas.
- Do ponto de vista econômico, a escolha pela manutenção do produto também apresenta vantagens significativas. Considerando os valores praticados em seus respectivos portais na internet: “<https://www.av-test.org/en/antivirus/business-windows-client/manufacture/kaspersky-lab/>”, “<https://www.av-test.org/en/about-the-institute/>”, “<https://www.av-test.org/en/about-the-institute/test-procedures/test-modules-under-windows-protection/>”, consultados no dia 21 de março de 2025, o custo para uma licença de 3 anos para 50 dispositivos é de R\$ 14.350,00 para o KES Cloud Plus, R\$ 23.390,49 para o Bitdefender GravityZone Business Security Premium, e R\$ 22.581,25 para o ESET Protect Complete.
- Um diferencial importante da Kaspersky é a inclusão da proteção de endpoint para dois dispositivos móveis por licença adquirida, o que possibilita a proteção de até 100 dispositivos móveis sem custos adicionais. Esse modelo de licenciamento reduz consideravelmente o investimento necessário para garantir a segurança da infraestrutura de TI deste Poder.
- A análise das alternativas disponíveis no mercado aponta que tanto o Bitdefender GravityZone Business Security Premium quanto o ESET Protect Complete são soluções robustas, reconhecidas por sua alta taxa de detecção de ameaças e impacto reduzido no desempenho dos dispositivos. No entanto, apesar de oferecerem funcionalidades semelhantes, o custo total para proteger a mesma quantidade de dispositivos é superior ao da solução da Kaspersky, especialmente se não houver inclusão de licenças para dispositivos móveis sem custos adicionais. Outrossim, o processo de migração para uma nova plataforma implicaria em desafios técnicos, treinamento para a equipe da GTI e um período de adaptação, o que poderia impactar a eficiência operacional da instituição.
- A continuidade do KES Cloud Plus se mostra a decisão mais racional, considerando aspectos técnicos e econômicos. A solução já está plenamente integrada à infraestrutura existente, garantindo compatibilidade e estabilidade. Além do mais, a equipe da GTI está familiarizada com a plataforma, o que evita a necessidade de treinamentos adicionais e permite manter uma gestão eficiente da segurança digital da entidade. A confiabilidade comprovada da ferramenta, aliada ao seu custo-benefício favorável, reforça a escolha pela manutenção do produto.





# **CÂMARA MUNICIPAL**

## **POÇOS DE CALDAS – MINAS GERAIS**

Diante do exposto, a GTI recomenda a manutenção da solução Kaspersky Endpoint Security Cloud Plus, com a ampliação da licença para 50 dispositivos pelo período de 3 anos. As licenças atualmente em uso na Câmara Municipal expirarão em breve. Assim, faz-se necessária nova aquisição para manutenção da proteção e para fortalecer cada vez mais a segurança cibernética da instituição, protegendo os dispositivos e dados contra ameaças virtuais e garantindo a integridade, confidencialidade e disponibilidade das informações.

### **3 – DO PROCESSO DE AQUISIÇÃO**

3.1 A contratação deverá ser efetuada por meio de **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, nos termos do inciso II do art. 75 da Lei 14.133/2021.

3.1.1 O valor estimado da contratação é inferior ao limite estabelecido no Art. 75, II. Em observância ao § 1º do mesmo artigo, verificou-se que o somatório do que foi contratado neste exercício com objetos de mesma natureza, assim considerados aqueles relativos ao mesmo ramo de atividade, não supera o limite estabelecido.

3.1.2 Nos termos do § 3º do art. 75 as contratações de que tratam os incisos I e II do art. 75 (dispensa por valor) serão precedidas de divulgação de aviso em sítio eletrônico oficial, pelo prazo mínimo de 3 (três) dias úteis, com a especificação do objeto pretendido e com a manifestação de interesse da Administração em obter propostas adicionais de eventuais interessados, devendo ser selecionada a proposta mais vantajosa.

3.2 Da aquisição por item:

Os itens a serem adquiridos tem a mesma natureza e possuem relação entre si.

3.3 Da contratação de ME/EPP:

Esta contratação será destinada à participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte ou equiparadas nos termos da Lei Complementar nº 123/2006 pelos seguintes motivos:

I – Nos termos dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar Federal 123/2006 a aquisição de itens de contratação de valor inferior a R\$80.000,00 (quando no caso de Dispensa por Valor Art. 75-I ou II) deverá ser destinada preferencialmente à participação exclusiva de microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP). A impossibilidade ou inviabilidade de destinação exclusiva à participação de ME/EPP deverá ser justificada com base nos incisos II e/ou III art. 49 da LC123/06;

II – O tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte será dispensado quando não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado.

3.4 Do valor estimado da contratação:

3.4.1 Após realização de pesquisa de preços, verificou-se que o valor previamente estimado da contratação, conforme o Anexo deste Termo é compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto, nos termos do Art. 23 da Lei 14.133/2021.

3.5 Da adequação orçamentária:





# **CÂMARA MUNICIPAL**

## **POÇOS DE CALDAS – MINAS GERAIS**

3.5.1 Foi efetuada a reserva orçamentária para a contratação correspondente ao valor previsto para utilização no exercício financeiro em curso;

#### **4 – DA PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA**

4.1 A participação na presente dispensa eletrônica se dará mediante Sistema de Dispensa Eletrônica integrante do Portal de Compras Públicas, disponível no endereço eletrônico ([www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br)).

4.2 Os fornecedores deverão se cadastrar previamente no Portal de Compras Públicas para acesso ao sistema e operacionalização.

4.3 O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

4.4 Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço ou o desconto ofertado, vinculam a Contratada.

4.5 Não poderão participar desta dispensa de licitação os fornecedores:

4.5.1 Que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s)

anexo(s);

4.5.2 Que se enquadrem nas vedações constantes na Lei 14.133/2021;

4.5.3 Que estejam, de alguma forma, impedidas ou suspensas de licitar e contratar com o Município de Poços de Caldas-MG.

#### **5 – INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL**

5.1 O fornecedor interessado, após a divulgação do aviso de contratação direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica no sítio ([www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br)), a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

5.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam a Contratada.

5.3 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, frete, entrega do produto, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços;

5.4 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.





# **CÂMARA MUNICIPAL**

## **POÇOS DE CALDAS – MINAS GERAIS**

5.5 Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade o cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer o item, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8 Uma vez enviada a proposta no sistema, os fornecedores NÃO poderão retirá-la, substituí-la ou modificá-la;

5.9 No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, às seguintes declarações:

5.9.1 Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

5.9.2 Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

5.9.3 Que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e anexo;

5.9.4 Que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras;

5.9.5 Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91.

5.9.6 Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

## **6 – FASE DE LANCES**

6.1 A partir da hora e da data estabelecidas no preâmbulo deste Aviso de Contratação Direta, serão recebidas as propostas e a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrada no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.

6.2 Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.3 O fornecedor somente poderá oferecer maior percentual de desconto em relação ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.





# **CÂMARA MUNICIPAL**

## **POÇOS DE CALDAS – MINAS GERAIS**

6.4 O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como “lances intermediários” para os fins deste Aviso de Contratação Direta.

6.5 Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

6.6 Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.7 Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do fornecedor.

6.8 Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.

6.9 O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

6.10 Prevalecendo o empate entre duas ou mais propostas após utilizados os critérios definidos no Art. 60, da Lei Federal n. 14.133/2021, será realizado sorteio, devidamente divulgado na plataforma de compras, para declaração do vencedor.

### **7 – JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO**

7.1 Encerrada a fase de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.

7.2 No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.

7.3 Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta com preço compatível ao estimado pela Administração.

7.4 A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.

7.5 Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica.

7.6 Estando o preço compatível, será solicitado o envio da proposta e, se necessário, de documentos complementares, adequada ao último lance.

7.7 O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

7.8 Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.8.1 Contiver vícios insanáveis;

7.8.2 Não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seu anexo;





# **CÂMARA MUNICIPAL**

## **POÇOS DE CALDAS – MINAS GERAIS**

7.8.3 Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.8.4 Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.8.5 Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seu anexo, desde que insanável.

7.8.6 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.8.7 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

7.8.8 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.8.9 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.8.10 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.8.11 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.8.12 Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

7.8.13 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

## **8 – HABILITAÇÃO**

8.1 Em consonância ao que estabelece o Art. 70, III, da Lei Federal 14.133/2021, serão solicitados os seguintes documentos do fornecedor que apresentar a melhor proposta para fins de habilitação:

8.1.1 – REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

8.1.2 prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.1.3 prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, da Secretaria da Receita Federal do Brasil e da Procuradora Geral da Fazenda Nacional;

8.1.4 prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);





# CÂMARA MUNICIPAL

## POÇOS DE CALDAS – MINAS GERAIS

8.1.5 prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.1.6 prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.1.7 prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.1.8 prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.1.9 caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

8.1.10 Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação;

8.1.11 A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital;

8.1.12 Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa;

8.1.13 A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização;

8.2 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis)) [www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

b) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)) [www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

c) Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União -TCU;





# **CÂMARA MUNICIPAL**

## **POÇOS DE CALDAS – MINAS GERAIS**

8.2.1 Para a consulta de fornecedores pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “a”, “b” e “c” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>) <https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>, Acórdão nº 1793/2011-Plenário;

8.2.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

8.2.2.1 Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas;

8.2.2.1.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros;

8.2.2.1.2 O fornecedor será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

8.2.3 Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.3 Comprovação de aptidão no desempenho de atividade pertinente e compatível em características com o objeto da licitação – Atestado(s) de Capacidade Técnica, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, referente(s) a serviços ou fornecimento no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

## **9 – DA DECISÃO DE CONTRATAÇÃO OU AQUISIÇÃO**

9.1 Apurada a melhor proposta com o MENOR PREÇO e verificada a regularidade das demais exigências, a Câmara Municipal de Poços de Caldas decidirá sobre a contratação ou aquisição, por meio de manifestação motivada no Processo Administrativo sem que disso resulte, para o proponente, direito a qualquer indenização ou reclamação.

9.2 Para apuração do MENOR PREÇO, serão levadas em consideração todas as propostas válidas apresentadas, seja na fase preparatória da contratação ou no período estipulado para recebimento de propostas adicionais e que atendam aos requisitos deste aviso de contratação direta e anexo, inclusive aquelas obtidas pelo setor de licitações por meio de consulta direta a fornecedores para formação do preço estimado.

## **10 – SANÇÕES**

10.1 Comete infração administrativa o interessado que se enquadre nas previsões contidas no Art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021.

10.2 Os interessados que incorrerem nas infrações previstas no item anterior, após o devido processo administrativo, estarão sujeitas às sanções previstas no Art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021.

## **11 – AQUISIÇÃO**





# **CÂMARA MUNICIPAL**

## **POÇOS DE CALDAS – MINAS GERAIS**

11.1 Após autorização, caso se conclua pela aquisição, será emitida a ordem para fornecimento.

11.2 O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato OU aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização/Ordem de fornecimento), sob pena de decair o direito à aquisição, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso.

11.3 O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

11.4 O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

11.4.1 Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

11.4.2 A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

11.4.3 A contratada/fornecedora se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e anexo;

## **12 – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

12.1 Comete infração administrativa o fornecedor que praticar quaisquer das hipóteses previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.1.1 O fornecedor que cometer qualquer das infrações ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a) Advertência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor;
- c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos;

12.2 A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º).

12.3 Todas as sanções previstas neste Aviso poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

12.4 Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157).





# CÂMARA MUNICIPAL

## POÇOS DE CALDAS – MINAS GERAIS

12.5 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

12.6 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.7 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado/fornecedor, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

### 13 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 O procedimento será divulgado no Portal de Compras Públicas ([www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br)), no Diário Oficial do Poder Legislativo de Poços de Caldas, no site da Câmara Municipal e no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP.

13.2 No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados ou não havendo propostas (procedimento fracassado ou deserto), a Administração poderá:

13.2.1 Republicar o presente aviso com uma nova data;

13.2.2 Valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

13.2.2.1 No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento eletrônico.

13.2.3 Fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

13.3 Integra este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, o ANEXO – TERMO DE REFERÊNCIA;

### 14 – DAS DÚVIDAS/ESCLARECIMENTOS/IMPUGNAÇÕES

14.1 Poderão ser realizadas(os) nos seguintes canais:

E-mails: [administrativa@pocosdecaldas.mg.leg.br](mailto:administrativa@pocosdecaldas.mg.leg.br) e [licitacoes@pocosdecaldas.mg.leg.br](mailto:licitacoes@pocosdecaldas.mg.leg.br); Telefones: (35) 3729-3815, 3729-3816, 3729-3817 e 3729-3861.

Poços de Caldas, 17 de março de 2025.

Rodrigo Aparecido Galhardi

Gerência de Administração





## **ANEXO I**

### **TERMO DE REFERÊNCIA**

#### **1 – DO OBJETO**

1.1 Aquisição de licença, por um período de 03 (três) anos, do antivírus Kaspersky Endpoint Security Cloud Plus (produto corporativo) para 50 usuários da Câmara municipal de Poços de Caldas), conforme especificações e demais condições expressas neste Termo de Referência.

#### **1.2 Especificação:**

- licença do produto corporativo Kaspersky Endpoint Security Cloud Plus para 50 usuários pelo período de 3 anos;
- a licença será ativada no espaço de trabalho do Console de Gerenciamento do Kaspersky Endpoint Security Cloud (Business Hub) já em uso pela Câmara Municipal. O espaço de trabalho é uma instância do Kaspersky Endpoint Security Cloud. Quando o espaço de trabalho é criado, o Kaspersky cria e configura a infraestrutura por trás dele. O Console de Gerenciamento do Kaspersky Endpoint Security Cloud é usado para gerenciar o espaço de trabalho e os aplicativos de segurança instalados nos dispositivos da instituição;
- solução de software desenvolvida especificamente para pequenas e médias empresas, que permite gerenciar a segurança de vários endpoints, dispositivos móveis e servidores de arquivos remotamente, usando um console baseado em nuvem;
- garantia de conformidade com as normas de segurança cibernética relevantes e oferta de suporte técnico adequado ao licenciamento Plus (Telefone acessível 24/7: segunda a sexta-feira, das 9h às 18h (UTC-3), em português e horário não comercial, finais de semana e feriados podendo ser em inglês) durante todo o ciclo de vida do objeto, incluindo atualizações de segurança;
- console simples e intuitivo baseado em nuvem, perfil de segurança padrão pré-configurado, um perfil de segurança para todos os dispositivos.
- Proteção contra ameaças ao arquivo, proteção contra ameaças ao correio, proteção contra ameaças à rede e proteção contra ameaças da web com tecnologias contra malwares, phishing e outros tipos de ameaças;
- firewall que gerencia a atividade da rede e permite bloquear conexões potencialmente perigosas, como conexões de área de trabalho remota.
- Proteção contra ransomware para estações de trabalho que executam sistemas operacionais Windows e também proteção contra ransomware para servidores de arquivos que executam sistemas operacionais Windows;





# CÂMARA MUNICIPAL

## POÇOS DE CALDAS – MINAS GERAIS

- componentes de detecção de comportamento, prevenção de exploit e mecanismo de remediação para monitorar a atividade de aplicativos em dispositivos e bloquear ações maliciosas;
- proteção de dispositivos móveis: proteção por senha, proteção antirroubo contra o acesso não autorizado, proteção antimalware para Android, controle de recursos e o controle da web;
- avaliação da vulnerabilidade e gerenciamento de patches;
- cloud Discovery: permite monitorar o uso de serviços na nuvem em dispositivos gerenciados executando o Windows;
- data Discovery: detecta informações críticas nos arquivos localizados em armazenamentos em nuvem do Office 365;
- controle da Web: permite gerenciar as ações do usuário na Internet, melhorando assim a produtividade dos funcionários ao restringir ou bloquear o acesso a recursos específicos da Web;
- controle de Dispositivos: assegura a segurança dos dados confidenciais restringindo o acesso do usuário aos dispositivos que poderiam ser conectados ao computador;
- gerenciamento de criptografia: permite configurar a criptografia de dispositivos gerenciados que executam Windows e macOS;
- root-Cause Analysis: permite detectar e eliminar ataques avançados, executar uma análise de causa raiz com um gráfico de cadeia de evolução de ameaças visualizado e analisar os detalhes para uma análise posterior;
- Endpoint Detection and Response: monitora e analisa o progresso da ameaça e fornece informações sobre possíveis ataques para facilitar uma resposta manual oportuna ou executar a resposta automatizada predefinida;
- utilização em dispositivos físicos e virtuais que se conectam à rede contra ciberameaças avançadas;
- software de proteção para usuários empresariais, oferecendo facilidade de gerenciamento e atualização contínua, com recursos de última geração, tais como: EDR (Endpoint Detection and Response) integrado, bloqueia todos os malwares avançados, inclusive ameaças emergentes; painel de controle completo na nuvem: controle total de todos os serviços e sites na nuvem; proteção total de dispositivos: cobertura completa de cibersegurança para todos os dispositivos corporativos.

1.3 Os devidos registros/licenças são feitos em nome da Câmara Municipal de Poços de Caldas, localizada na rua Junqueiras, 454, centro, CEP 37.701-033, em até 15 (quinze) dias a contar da ordem de fornecimento ou de documento equivalente.

1.4 O critério de julgamento adotado será o MENOR PREÇO.

2 – FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO/AQUISIÇÃO





# CÂMARA MUNICIPAL

## POÇOS DE CALDAS – MINAS GERAIS

2.1 Lei Federal 14.133/2021, Art. 41, I, A e B e Art. 75, II; Plano de Contratações Anual - PCA 2025; e Memorandos n. 02 e 03/2025 da Gerência de Tecnologia da Informação.

A aquisição do antivírus em questão visa à padronização do software em relação ao que já existe na Câmara Municipal e segue a recomendação técnica da Gerência de Tecnologia da Informação, ressaltando a maior compatibilidade e eficiência quanto à manutenção.

Dentre as fundamentações legais, reforça-se o dispositivo da Lei Federal n. 14.133/2021, Art. 41, I, A e B:

“Art. 41. No caso de licitação que envolva o fornecimento de bens, a Administração poderá excepcionalmente:

I - indicar uma ou mais marcas ou modelos, desde que formalmente justificado, nas seguintes hipóteses:

- a) em decorrência da necessidade de padronização do objeto;
- b) em decorrência da necessidade de manter a compatibilidade com plataformas e padrões já adotados pela Administração;”

### 3 – JUSTIFICATIVA DO OBJETO DA PRESENTE CONTRATAÇÃO

3.1 A presente aquisição visa atender à demanda apresentada pela Gerência de Tecnologia da Informação da Câmara Municipal de Poços de Caldas, já prevista no PCA 2025.

Trata-se de ferramenta de segurança para dispositivos físicos e virtuais que se conecta à rede contra ciberameaças avançadas, oferecendo facilidade de gerenciamento e atualização contínua, além de recursos de última geração, tais como: EDR (Endpoint Detection and Response) integrado, bloqueia todos os malwares avançados, inclusive ameaças emergentes; painel de controle completo na nuvem (controle total de todos os serviços e sites na nuvem); proteção total de dispositivos (cobertura completa de cibersegurança para todos os dispositivos corporativos).

A Gerência de Tecnologia da Informação da Câmara Municipal apresenta, ainda, por meio do Memorando n. 03/2025, uma análise técnica e econômica a respeito da manutenção e ampliação da licença KES Cloud Plus, considerando outras duas ótimas soluções de segurança existentes no mercado, quais sejam, o Bitdefender GravityZone Business Security Premium e o ESET Protect Complete.

A GTI informa que:

- a Câmara Municipal utiliza há três anos o KES Cloud Plus. Atualmente está instalado em 60 dispositivos, sendo 43 hosts físicos e virtuais e 17 dispositivos móveis (tablets). A licença ofertada pela Kaspersky inclui 2 dispositivos móveis para cada cliente (host), sem cobrança adicional.
- a escolha pela manutenção da solução Kaspersky se justifica por diversas razões. No que diz respeito à proteção e eficácia, o KES Cloud Plus vem obtendo, ao longo de vários anos, pontuação máxima (nota 6/6) nos testes realizados pela AV-TEST<sup>2</sup>, importante instituto independente de pesquisa em segurança de TI<sup>3</sup>. Em seus testes meticulosamente projetados, todas as armas utilizadas por criminosos





## **CÂMARA MUNICIPAL**

### **POÇOS DE CALDAS – MINAS GERAIS**

cibernéticos. Também são usadas, como por exemplo, malware de dia zero, ataques drive-by, downloads de sites, ataques via e-mails infectados e muito mais. Por estas e outras razões, o KES Cloud Plus se consolida como uma solução altamente confiável e eficiente. Além disso, sua proteção contra ransomware tem se mostrado extremamente eficaz, garantindo segurança total dos dados sem perda de arquivos dos usuários. A integração com um sistema de Detecção e Resposta de Endpoint (EDR) fortalece ainda mais a capacidade de antecipação e neutralização de ameaças cibernéticas avançadas.

- Do ponto de vista econômico, a escolha pela manutenção do produto também apresenta vantagens significativas. Considerando os valores praticados em seus respectivos portais na internet: “<https://www.av-test.org/en/antivirus/business-windows-client/manufacture/kaspersky-lab/>”, “<https://www.av-test.org/en/about-the-institute/>”, “<https://www.av-test.org/en/about-the-institute/test-procedures/test-modules-under-windows-protection/>”, consultados no dia 21 de março de 2025, o custo para uma licença de 3 anos para 50 dispositivos é de R\$ 14.350,00 para o KES Cloud Plus, R\$ 23.390,49 para o Bitdefender GravityZone Business Security Premium, e R\$ 22.581,25 para o ESET Protect Complete.

- Um diferencial importante da Kaspersky é a inclusão da proteção de endpoint para dois dispositivos móveis por licença adquirida, o que possibilita a proteção de até 100 dispositivos móveis sem custos adicionais. Esse modelo de licenciamento reduz consideravelmente o investimento necessário para garantir a segurança da infraestrutura de TI deste Poder.

- A análise das alternativas disponíveis no mercado aponta que tanto o Bitdefender GravityZone Business Security Premium quanto o ESET Protect Complete são soluções robustas, reconhecidas por sua alta taxa de detecção de ameaças e impacto reduzido no desempenho dos dispositivos. No entanto, apesar de oferecerem funcionalidades semelhantes, o custo total para proteger a mesma quantidade de dispositivos é superior ao da solução da Kaspersky, especialmente se não houver inclusão de licenças para dispositivos móveis sem custos adicionais. Outrossim, o processo de migração para uma nova plataforma implicaria em desafios técnicos, treinamento para a equipe da GTI e um período de adaptação, o que poderia impactar a eficiência operacional da instituição.

- A continuidade do KES Cloud Plus se mostra a decisão mais racional, considerando aspectos técnicos e econômicos. A solução já está plenamente integrada à infraestrutura existente, garantindo compatibilidade e estabilidade. Além do mais, a equipe da GTI está familiarizada com a plataforma, o que evita a necessidade de treinamentos adicionais e permite manter uma gestão eficiente da segurança digital da entidade. A confiabilidade comprovada da ferramenta, aliada ao seu custo-benefício favorável, reforça a escolha pela manutenção do produto.

Diante do exposto, a GTI recomenda a manutenção da solução Kaspersky Endpoint Security Cloud Plus, com a ampliação da licença para 50 dispositivos pelo período de 3 anos. As licenças atualmente em uso na Câmara Municipal expirarão em breve. Assim, faz-se necessária nova aquisição para manutenção da proteção e para fortalecer cada vez mais a segurança cibernética da instituição, protegendo os dispositivos e dados contra ameaças virtuais e garantindo a integridade, confidencialidade e disponibilidade das informações.





# **CÂMARA MUNICIPAL**

## **POÇOS DE CALDAS – MINAS GERAIS**

### **4 – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO**

4.1 A aquisição da licença do produto Kaspersky Endpoint Security Cloud Plus, para 50 usuários, com validade de 3 anos, tem como objetivo fornecer uma solução eficiente de segurança cibernética para a proteção de endpoints corporativos da organização. O processo está sendo conduzido de acordo com as disposições da Lei Federal 14.133/2021 e segue as seguintes etapas para garantir a conformidade legal, a transparência e a eficiência.

4.1.1 Planejamento e definição da Necessidade: a aquisição será realizada para atender à necessidade de proteção contra vírus, malware e outras ameaças digitais aos dispositivos corporativos da Câmara. O Kaspersky Endpoint Security Cloud Plus foi selecionado, conforme informado pelo setor demandante, devido à sua confiabilidade, eficácia e compatibilidade com a infraestrutura de TI existente. São 50 (cinquenta) licenças necessárias para atender 50 (cinquenta) usuários).

4.1.2 Aquisição e implementação: de acordo com o valor total estimado da compra, o processo se dará com base no Art. 75, II, da Lei Federal 14.133/2021. As especificações técnicas requisitadas são as constantes do item 1.2 deste Termo. Após a seleção do fornecedor vencedor, com a oferta da melhor proposta, verificada a regularidade da documentação, será emitida a ordem de fornecimento. A empresa fornecerá as licenças do Kaspersky Endpoint Security Cloud Plus, solução que será implementada na infraestrutura de TI da Câmara para os 50 (cinquenta) usuários.

4.1.3 Gestão do ciclo de vida da licença: a gestão da licença do antivírus ocorrerá durante o período de 3 anos de validade, período em que será realizado o monitoramento contínuo da eficiência do antivírus e sua manutenção regular, incluindo atualizações periódicas e ajustes nas configurações de segurança conforme novas ameaças. Monitoramento contínuo da proteção oferecida pelo antivírus, atualizações regulares de assinatura de vírus e patches de segurança e acompanhamento do desempenho e suporte técnico, caso haja necessidade de ajustes ou resolução de problemas.

4.1.4 Apoio e suporte: durante a validade da licença, será garantido o suporte técnico oferecido pelo fornecedor, que incluirá a resolução de incidentes e falhas no funcionamento do antivírus, além da assistência na gestão de licenças e atualização de versões.

4.1.5 Encerramento do ciclo de Vida: após o término da validade de 3 (três) anos, será feito levantamento de necessidade de renovação da licença, ou de busca por novas soluções de segurança. O ciclo de vida da licença será encerrado após a análise da continuidade ou atualização da solução contratada. Avaliação do desempenho do antivírus durante os 3 anos de uso e decisão sobre a renovação da licença ou contratação/aquisição de uma nova solução.

4.2 A aquisição da licença do Kaspersky Endpoint Security Cloud Plus está em conformidade com a Lei 14.133/2021 e segue as melhores práticas de governança e transparência. O processo garantirá a





# **CÂMARA MUNICIPAL**

## **POÇOS DE CALDAS – MINAS GERAIS**

proteção dos dispositivos da Câmara Municipal ao longo do período de validade da licença, com suporte técnico e atualizações, visando sempre a segurança da informação e a continuidade das operações. A solução visa garantir que os endpoints estejam protegidos contra as ameaças cibernéticas mais recentes, minimizando riscos à segurança da informação e buscando maior produtividade.

### **5 – REQUISITOS PARA O FORNECIMENTO**

#### **5.1 Sustentabilidade:**

5.1.1 Os critérios e boas práticas terão como diretrizes para a sustentabilidade, entre outras:

5.1.2 Menor impacto sobre recursos naturais (flora, fauna, solo, água, ar);

5.1.3 Preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;

5.1.4 Maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;

5.1.5 Maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;

5.1.6 Maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;

5.1.7 Uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais;

5.1.8 Origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos bens, serviços e obras.

5.2 A Câmara Municipal, sempre que viável, adotará critérios plausíveis com os praticados no mercado local e nacional. Porém, como regra geral, o equilíbrio entre os três princípios norteadores da licitação pública: sustentabilidade, economicidade e competitividade.

5.3 Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21, pelas razões abaixo justificadas:

5.4 Não há complexidade e vultuosidade na presente contratação, não comprometendo o cumprimento das obrigações;

5.5 A onerosidade em torno da própria exigência de garantia, como regra, representa um valor que seria agregado às propostas dos fornecedores, o que equivale dizer que os custos dessa exigência seriam repassados à própria Administração contratante. Portanto, a exigência vai de encontro à economicidade da contratação;

5.6 A exigência da garantia, em decorrência desses fatores, pode representar diminuição do universo de interessados e reduzir o caráter competitivo do certame.

### **6 – DO FORNECIMENTO**

6.1 Os prazos de entrega do item segue o estabelecido no item 1.4 deste Termo.

6.2 Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas quando do pedido de fornecimento para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.





# **CÂMARA MUNICIPAL**

## **POÇOS DE CALDAS – MINAS GERAIS**

6.3 Os produtos deverão ser entregues na rua Junqueiras, 454, no centro, Poços de Caldas, CEP 37701-033.

6.4 O prazo de validade do produto, na data da entrega, terá que respeitar a normatização mínima dos órgãos pertinentes para o item objeto deste Termo.

6.5 Os bens serão recebidos provisoriamente por servidor da Escola do Legislativo para efeito de verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

6.6 Os itens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos imediatamente à notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

### **7 – DA FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR MEDIANTE O USO DO SISTEMA DE DISPENSA ELETRÔNICA**

7.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, na forma eletrônica, com fundamento no art. 75, inciso II da Lei nº 14.133/2021, que culminará com a seleção da proposta de menor preço por item.

### **8 – DA ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

8.1 Conforme pesquisa de mercado realizada entre os dias 11 a 14 de março de 2025 o valor estimado médio total para 50 (cinquenta) licenças) é de R\$ 19.990,00 (dezenove mil, novecentos e noventa reais)

### **9 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

9.1 São obrigações da Contratante:

9.1.1 receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo;

9.1.2 verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Termo e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

9.1.3 comunicar à Contratada/fornecedora, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

9.1.4 acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada/fornecedora, através de comissão/servidor especialmente designado; e

9.1.5 efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Termo e seu anexo;





## **CÂMARA MUNICIPAL**

### **POÇOS DE CALDAS – MINAS GERAIS**

9.2 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada/fornecedora, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

#### **10 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA/FORNECEDORA**

10.1 A Contratada/fornecedora deve cumprir todas as obrigações constantes no Termo, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

10.1.1 efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

10.1.2 responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

10.1.3 substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

10.1.4 comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10.1.5 manter a compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

#### **11 – DO REAJUSTE**

11.1 Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

11.2 Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada/fornecedora, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA-E e exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

11.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

11.4 No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará a CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

11.5 Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.





# CÂMARA MUNICIPAL

## POÇOS DE CALDAS – MINAS GERAIS

11.6 Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

11.7 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

11.8 O reajuste será realizado por apostilamento.

### 12 – DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da Câmara Municipal de Poços de Caldas

12.2 A contratação será atendida pela seguinte dotação:

01.126.0002.8.017.3390.40.00 - ficha 88 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - PJ  
- Gerência de Tecnologia e Informação

Câmara Municipal de Poços de Caldas – MG, 28 de fevereiro de 2025.

Rodrigo Aparecido Galhardi

Gerente de Administração

Ricardo Magno Marcondes

Gerente de Gestão e Finanças

Luis Phillipe de Campos Cordeiro

Assessoria Jurídica

Paulo Roberto Sebastião da Mata Resende

controlador-chefe

Douglas Eduardo de Souza

Presidente

Marcusé Mesquiari e Silva

Coordenador de Administração, Licitação e Contratos





# CÂMARA MUNICIPAL

## POÇOS DE CALDAS – MINAS GERAIS

---

